

Título: De maré em maré

Linha fina: Quando viver do mar significa incerteza nos direitos

Repórter: Thais Ribeiro

Texto:

Ainda nem amanheceu, mas Regina Menezes, 47 anos, marisqueira em Ilha de Maré, já está de pé. A rotina começa cedo para quem tem o mar como trabalho. “Geralmente acordo e já vou fazer café, comida, chamar meu filho para escola e depois ir para a maré”, relata. A jornada no mar ultrapassa as seis horas diárias, sem contar o restante do dia que precisa ser dedicado para o beneficiamento do marisco – cozimento e catado do pescado.

Enquanto faz seu doce preferido, de tamarindo, Regina conta sobre suas alegrias e angústias. “O que eu mais gosto do meu dia é quando ele é corrido. Tem dias que a maré não está boa, aí não vamos no mar e nem temos siri para catar, então eu já não gosto. Quando eu posso ter um pouco de cada coisa [marisco] no meu congelador eu fico muito satisfeita”. Além do trabalho na maré, Regina também é cozinheira na Escola das Águas, projeto do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) que acolhe as/os filhas/os das/os trabalhadoras/es, durante 12 dias no mês, em Acupe, distrito de Santo Amaro.

Ilha de Maré, situada a leste da Baía de Todos os Santos, é formada pelas comunidades de Itamoabo, Botelho, Neves, Santana, Maracanã, Bananeiras, Martelo, Praia Grande, Ponta Grossa e Porto dos Cavalos – as cinco últimas são reconhecidas pela Fundação Palmares como remanescentes de quilombo. De acordo com dados do censo IBGE, 2010, Ilha de Maré possui uma população de 6.434 habitantes, distribuída em uma área de 13,79 km² traduzindo-se numa densidade populacional de 384,80 hab/km².

Sururu, camarão, ostra, siri, chumbinho, rala-coco, isso tudo se acha em Ilha de Maré, que pertence ao município de Salvador. Lá a empresa é o mar, que oferece o sustento para as famílias. “Aqui não tem final de semana, eu pesco todos os dias. Não sei qual é o segredo, mas acho que a maré “lança” mais dia de domingo. Então enquanto a maré está boa nós estamos lá para mariscar”, conta Rejane Lopes, 26 anos, marisqueira.

Entre uma batida na casca do siri e outra, as pescadoras mostram o quanto seu trabalho é duro, mas ao mesmo tempo prazeroso. A atividade é desenvolvida quase sempre em

comunidade, as mulheres compartilham a ocupação, enquanto cultivam laços familiares e de companheirismo.

Ofício que castiga

Dores na coluna são muito frequentes entre elas. Normalmente passam o dia inteiro na mesma posição, inclinadas ora na maré pescando, ora em casa com o beneficiamento do marisco. Muitas precisam abandonar o ofício antes do planejado por conta das doenças adquiridas com o esforço repetitivo, principalmente nessa parte do corpo tão castigada pelo trabalho. “Vamos improvisando um pouco aqui, vira para o lado, mas tem horas que não tem jeito, as costas doem muito”, diz Regina, que também tem asma e às vezes deixa de mariscar por conta das crises com falta de ar.



Colher, balde e faca são os principais instrumentos para a mariscagem. Na foto, Regina cata ostras.
Foto: Foto: Cícero Cotrim/ Labfoto © 2016

São muitas marisqueiras com o mesmo desejo: nunca deixar o lugar onde vivem e a atividade que aprenderam. O sentimento de pertencimento e amor é compartilhado pela maioria das moradoras das comunidades. Lutar por seus direitos na esperança de ver seu espaço com menos poluição é o que motiva as mulheres.

O trabalho para as pescadoras faz parte de suas vidas desde que são crianças. Elas aprenderam a mariscar com seus familiares. É uma questão cultural, mas tem também uma forma de vida. Pescar não é só o ato, a ocupação, é uma forma de viver em harmonia com a natureza.



No manguezal, as marisqueiras pescam sururu e a ostra-de-mangue. Foto: Cícero Cotrim/
Labfoto © 2016

Maré para ensinar

“Eu tenho duas paixões, trabalhar com crianças e mariscar. É puxado, porque você fica muito tempo sentada para catar o marisco, depois de ficar agachada no mar. Mas mesmo assim eu amo o que eu faço” - destaca Cidiana Lopes, 38 anos, marisqueira em Ilha de Maré e estudante do 6º semestre de pedagogia em uma faculdade em Simões Filho.

A vida como universitária não afasta Cidiana da maré. Como precisa estagiar e estudar ela conta que vai para o mar à noite e no final de semana também marisca. O sonho da marisqueira, que não quer largar a pesca, é se formar e poder ajudar as crianças da comunidade. “Quando eu saio daqui de barco e vejo a maré toda seca [favorável para a pesca] meu coração chega dói, porque eu não posso mariscar. Eu gosto e quero viver da pesca, quero sempre viver dela”, diz.

O mar, a pesca e o rio são espaços naturais de sustentação para essas mulheres. Não somente no sentido de uma ocupação remunerada, mas um local onde elas são donas do seu trabalho, da sua hora. “Se algum médico, empresário, ou qualquer outro profissional chegar aqui não vai saber fazer o que a gente faz. São coisas que nós entendemos, porque fazemos isso desde crianças”, conta Rejane Lopes, 26 anos – marisqueira na comunidade de Bananeiras.

Apesar da pouca idade, Rejane já é casada e tem uma filha.

Segundo ela, a pesca entrou na sua vida desde que estava na barriga da mãe. “Mariscar é uma tradição que passa de geração para geração. Desde os sete anos que marisco e hoje levo minha filha, que tem nove, para a maré. Ela gosta e pesca também”, conta. Rejane costuma dizer para filha que ela deve seguir a profissão que quiser, só não pode esquecer de onde veio e “nem deixar de ser humilde”, opina.

Difícil é encontrar quem vive só do mar. Umas vendem cocadas, outras o doce de banana na palha, outras plantam e colhem para vender na porta. O trabalho no mar é duro, mas não garante a essas mulheres o sustento da casa. Precisam complementar a renda com outras atividades.

Os preços dos mariscos variam de acordo com a época do ano. O quilo do catado do siri, por exemplo, é vendido por até R\$35 no verão. Já no inverno, o preço cai para R\$20 ou R\$25.

Segundo as marisqueiras, o catado de siri é a principal fonte de renda para elas, já que conseguem catar até 4kg do marisco em um dia. O produto é vendido para os restaurantes locais, atravessadores e para pessoas que vão até a casa das marisqueiras comprar. O marisco também é utilizado para a subsistência das famílias.



O beneficiamento do siri é feito no quintal das casas e geralmente em grupos de marisqueiras.
Foto: Cícero Cotrim/ Labfoto © 2016

Comunidade sem nome

Com meio sorriso, Marizelha Lopes, 45, conhecida como Nega, marisqueira e líder do MPP relata o sentimento dos moradores da localidade de Bananeiras, em Ilha de Maré. “Às vezes pensamos que vamos ter que mudar o nome da nossa comunidade, porque quase que não se planta mais bananas por aqui. Algumas pessoas precisam comprar a fruta em outros locais”. Segundo a pescadora, em 2004 um grande vazamento de amônia, de um navio que estava atracado no Porto de Aratu, atingiu a região e pôs fim a muitos pés da fruta. “As folhas das bananeiras foram ressecando e caindo instantaneamente por conta da poluição. Não sobrou quase nada. O cheiro forte nos impedia até de respirar. Precisamos deitar no chão e colocar pano molhado no rosto para melhorar”, lamentou.

Nega é conhecida por que está sempre à frente de mobilizações e reuniões por todo país em busca do reconhecimento de pescadoras e pescadores. Ainda que passe grande parte do tempo nestes compromissos, Nega admite que gosta mesmo é de mariscar. Criada na maré em uma família de dez irmãos, ela fala com muito orgulho do pai, pescador, que também já organizou manifestações por seus direitos, e cita uma frase que ele repete com

frequência e que faz muito sentido para pensar a importância da pesca: “Não existe empresa maior que o mar. Ilha de Maré com quase dez mil moradores, imagine se não tivesse essa maré para irmos pescar?”.

Pedaço do paraíso

Beleza natural, tranquilidade, culinária tentadora e típica da região. Estes são alguns dos atrativos que levam turistas e moradores de Salvador a passarem finais de semana, férias e feriados em Ilha de Maré. Normalmente, os visitantes saem encantados com a praia de águas sossegadas e a gastronomia tradicional.

Para a maioria dessas pessoas, pescadoras e pescadores artesanais vivem no paraíso e podem preservar seus costumes e tradição culturais distantes do transtorno urbano, apesar de estarem há poucos minutos da capital baiana. No entanto, a vida dos moradores diverge da imagem percebida pelos não-nativos.

Conflitos ambientais

A promessa de dias tranquilos está longe da realidade de Ilha de Maré. A empresa química e petroquímica Braskem pretende construir um terminal industrial na região conhecida como Prainha, próximo ao Porto de Aratu. A obra, segundo a organização, dará sustentação às operações do Polo de Camaçari, já que o Porto de Aratu opera com capacidade plena, mas está defasado e com gargalos.

A Prainha é considerada Área de Proteção Ambiental (APA) pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Candeias, aprovado em 2015 e utilizada como local de lazer para turistas e nativos. A população de Ilha de Maré teme que a construção aumente a poluição na região e tenha impacto na atividade pesqueira. A comunidade tem se mobilizado para proibir o avanço das indústrias e empreendimentos que aos poucos leva embora a alegria e o sustento dos moradores.

Ilha de Maré é refém há décadas da contaminação da água, solo e ar causada pelo transporte de materiais tóxicos no Porto de Aratu. Problemas respiratórios e dermatológicos são frequentes na região.

Acostumados com a morte após uma vida longa, os moradores sofrem com as perdas de amigos e familiares antes do tempo. A população relata que os casos de câncer têm aumentado na região, dois deles mais recentes afetaram uma garota de 12 anos e outra mulher com 30. De acordo com Cidiana, quando a mulher foi levada para o médico a doença já tinha afetado vários órgãos e não houve possibilidade de cura. “O médico perguntou a família: ‘essa mulher fumava, e os parentes disseram que não, nunca fumou. Então ela bebia muito, a família também disse que não. O médico então quis saber onde ela morava, os parentes explicaram os problemas com poluição da Ilha. Eles [os médicos] ficaram assustados como a poluição afetava nossa saúde e causou tantos problemas para ela”, descreve.

Apesar das dificuldades, Nega revela orgulhosa o amor pela Ilha, que também é sentido pelos filhos. “Eu não me vejo morando em outro lugar que não seja aqui. Por isso que fico nessa luta por nossos direitos. Meu filho caçula quando fica muito tempo fora fica agoniado para voltar [à Ilha]”.

Petrobras

O racismo ambiental, que interfere nas políticas e práticas que deveriam proteger, mas prejudicam predominantemente grupos étnicos vulneráveis, é sofrido pelos moradores de Ilha de Maré. A exploração da Petrobras há mais de 50 anos na comunidade, com sondas de perfuração de petróleo localizadas na Ilha, causa destruição ambiental e não traz reparação para que as atividades da pesca sejam mantidas.

O fato contrasta com a imagem que é passada sobre a importância da Petrobras para os brasileiros, com a omissão de direitos violados pela empresa. Para o lucro e acúmulo de riquezas de alguns poucos, pescadores e pescadoras artesanais sofrem com o impacto na saúde e condições para o trabalho que depende exclusivamente da preservação dos recursos naturais.

O convite está sempre à boca na hora da despedida: volte um dia para almoçar com a gente. Não sabemos o dia que voltaremos porque corremos tanto e elas nesse momento também se esquecem que podem não ter mais o que pescar, caso a poluição não seja controlada.

Decreto 8425/2015, da Presidência da República

Lançado em 31 de março de 2015 pela Presidência da República, o Decreto 8425 pode vir a alterar sobremaneira a vida de pescadores e pescadoras artesanais espalhados pelo país. A resolução acima trata da regulamentação do parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

O Decreto ainda não afeta a vida dessas pescadoras, mas todas têm consciência das perdas que terão. A deliberação ameaça direitos de quase um milhão de famílias que vivem da pesca artesanal em todo país. A escolha de apenas marisqueiras para as entrevistas dessa reportagem não foi eventual. Elas serão as mais afetadas pelo Decreto.

Há cerca de dez anos as mulheres não tinham carteira de pescadoras e nem podiam receber o seguro defeso, pois o benefício só é pago para os trabalhadores que possuem o RGP e a legislação na época só concedia direitos aos homens pescadores.

“Que tirem meu seguro defeso, mas não tirem minha carteira. Eu só sei fazer isso, eu não me formei, não tenho faculdade de nada. Amanhã ou depois que eu precise de um auxílio-doença ou aposentadoria como é que vai ser? Ninguém vem aqui saber se eu sou pescadora ou não”, contesta Rita Maria, 28 anos, marisqueira da ilha.

“Esse registro de pescadora é a garantia de vida e de um futuro melhor, que infelizmente querem tirar de nós. Para mim é como se essa carteira estivesse assinada, como nas empresas. Mas dizem que a gente não pesca, só beneficia. Fico imaginando o que será da gente”, Rejane Lopes.

Entre as perdas para pescadores e pescadoras em relação a esse Decreto está na criação da categoria “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Esse critério desqualifica o trabalho, principalmente das mulheres, que participam das atividades em regime de economia familiar. As mulheres que atuam na pesca confeccionando apetrechos, como as redes, ou no beneficiamento e venda do pescado eram, antes deste Decreto, consideradas pescadoras, mas com a decisão deixam de ser seguradas especiais no Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Essa condição garante a proteção da

Previdência Social em situações que impedem as pessoas de trabalhar para prover o próprio sustento, como na gravidez, doença, velhice ou morte.

As/os trabalhadoras/es de apoio à pesca também não terão direito ao seguro defeso, benefício pago no período de reprodução de algumas espécies, quando a pesca é proibida, de acordo com critérios fixados pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Para as mulheres, o valor pago significa comprar pela primeira vez uma geladeira, uma cama, fogão ou fazer uma boa compra no mercado. Itens que para muitos pode fazer parte da rotina, mas que para as marisqueiras é uma conquista. O seguro defeso não é só fonte de renda para as pescadoras enquanto estão impedidas de tirar o sustento do mar, mas também é uma forma de equilíbrio para o meio ambiente com a preservação das espécies.



Cidiana tem prazer em mostrar símbolos do seu orgulho, os livros usados na graduação em pedagogia e seu RGP. Foto: Foto: Cícero Cotrim/ Labfoto © 2016

A decisão federal não leva em conta o regime de economia familiar praticado pelas/os pescadoras/es. Em muitas comunidades, quando um integrante sofre adoecimento, consequente do trabalho no mar, como lesões por esforços repetitivos, sequelas de acidentes do trabalho ou doenças crônicas incapacitantes, existe a readequação do/a

pescador/a para uma atividade menos exaustiva. Desse modo, são construídas formas de readaptação profissional, centradas no próprio saber de ofício e inscritos na dinâmica da unidade da organização artesanal da pesca.

“Há muito tempo que a gente luta e já é caracterizado que as pessoas que trabalham com a preparação do material e venda do produto são consideradas pescadoras/es. Porque a pesca é um trabalho que é feito em família. Este Decreto abre um precedente para que as pescadoras não tenham acesso a direitos previdenciários conquistados com muito esforço e mobilização”, afirma Maria José Pacheco, Secretária Executiva Nacional da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP).

“Desde os 13 anos eu marisco, mas não teria como provar, nem ser reconhecida perante a Lei como pescadora sem o RGP. Quando eu olho para essa carteira eu sinto orgulho de ser marisqueira. É a continuidade da minha origem, do meu povo, que sempre viveu disso. Que é feliz por viver da pesca”, Regina Menezes.

Pescador exclusivo

O Decreto 8425/2015 não respeita o modo de vida tradicional das comunidades quando altera a classificação dos pescadores e das pescadoras, criando a categoria de “pescador exclusivo”. O item estabelece que o pescador não pode ter outra fonte de renda que não seja a pesca. Esse ponto destoa da realidade desses povos, que para complementar o sustento familiar também precisam garantir a

produção do artesanato, turismo de base comunitária, o extrativismo florestal, a criação de pequenos animais, entre outros modos de sobrevivência.

Algumas famílias também complementam sua renda com a venda de comida nos finais de semana, principalmente a mariscada. Outras localidades fabricam o artesanato, além de praticarem a agricultura de subsistência, ameaçada pela contaminação do solo.

Para a marisqueira e militante do MPP, Elionice Sacramento, a deliberação traz sérias consequências para a vida das/os pescadoras/es. “O Decreto nos impõe aumento na jornada de trabalho, já que precisamos ter o ofício como exclusivo, resultando

“Para mim essa carteira é o reconhecimento dos meus direitos. Antes a gente mariscava, mas não sabia que era uma profissão como outra qualquer. Eu estudo para ser professora, mas antes de tudo eu sou pescadora. É igual a qualquer outra carteira profissional, a diferença é que foi conquistada com muita luta”, Cidiana Lopes.

no crescimento dos casos de adoecimentos. Por outro lado, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários tem gerado endividamento e processo de sofrimento emocional. O ataque a identidade também tem impactado profundamente a saúde mental. Ninguém pode imaginar o que é dormir pescadora e acordar trabalhadora de apoio a pesca artesanal”.

Desde junho do ano passado, após divulgada a decisão, comunidades passaram a se mobilizar pela sua revogação, a exemplo do Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP) que lançou uma campanha no site Avaaz para reunir assinatura pedindo a revogação do Decreto. Outros movimentos também têm se articulado, através de seminários, audiências públicas e reuniões com órgãos públicos ligados ao tema para encontrarem uma solução para o entrave.



Rejane sente a incerteza nos seus direitos como pescadora com o Decreto. Foto: Cícero Cotrim/ Labfoto © 2016

Em nota divulgada pelo MPP, o movimento repudia as mudanças que só traduzem a falta de compromisso do Governo com os direitos para as comunidades tradicionais. “Este Decreto não condiz com a diversidade, peculiaridades e realidade da pesca artesanal no

Brasil. Ele tenta homogeneizar os pescadores numa lógica urbana, interfere no direito de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais e fere direitos garantidos em legislações trabalhistas nacionais e internacionais ao dividir em categorias os pescadores e pescadoras do Brasil. Desta forma, esse Decreto faz parte de uma engrenagem de Racismo institucional que objetiva invisibilizar e eliminar os pescadores e as pescadoras, pois esses são entraves para o desenvolvimentismo degradador, excludente e concentrador, pois vivem em relações íntimas com a natureza tão cobiçada pelo capital e que conta com a anuência do Estado”.

Talvez leve anos para que o Governo brasileiro legitime a importância da preservação da existência e do ofício que desenvolvem as/os pescadoras/es artesanais. Mas podemos ter certeza que essas/es trabalhadoras/es não deixarão de lutar até que o reconhecimento resulte na promoção de direitos sociais e políticas de proteção ao meio ambiente.